

Roda de Conversa: Gestão Cultural, acesso e fomento à Cultura

Documento Síntese – Versão 1

Local do Evento: São Paulo

Data: 17 de fevereiro de 2014

Horário: 8h30 – 13h

Expositores:

Sr. Eduardo Saron Mestre em Administração com foco em cidades criativas e pós-graduado pela USP em Turismo Cultural. É diretor superintendente do Itaú Cultural, secretário Geral da Associação Nacional de Entidades Culturais Não Lucrativas (ANEC), conselheiro da Fundação Bienal e do Centro Cultural São Paulo.

Sr. Célio Turino Formado em História, especialista em Administração Cultural e escritor. Criador do Programa Cultura Viva, que marca uma mudança de paradigma na elaboração de políticas públicas para a Cultura no Brasil. O Programa criou mais de 3000 Pontos de Cultura espalhados em mais de mil municípios do Brasil.

Sra. Cláudia Sousa Leitão Formada em Direito e Educação Artística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e com doutorado em Sociologia pela Sorbonne. É professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da UFC e conselheira do Programa Cultura Viva.

Mediador:

- João Paulo Capobianco: Presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

Presentes:

Conselheiros do IDS: João Paulo Capobianco

Equipe do IDS: Stephanie Lorenz, Daniela Ades, Fabio de Almeida Pinto, Felipe Staniscia, Juliana Cibim e Eduardo Alves Lazzari.

Convidados Presentes:

Barbara Rodarte

Inácio Pereira

Marcos Pena

Felipe Matos

Janaína Vieira

Rose Lojacco

Gilberto Conti

João Paulo Francisco

Sócrates M. Torres

Guilherme Coelho

Julie Dumont

Thais Costa

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) promoveu, no dia 17 de fevereiro de 2014, a Roda de Conversa sobre Gestão Cultural, acesso e fomento à Cultura, visando subsidiar a construção de diretrizes e propostas para o tema, no âmbito do eixo “*Cultura e fortalecimento da diversidade*”, da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. O evento, mediado por João Paulo Capobianco, presidente do IDS, contou com exposições de Eduardo Saron, diretor superintendente do Itaú Cultural; Claudia Leitão, professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Federal do Ceará (UFC) e conselheira do Programa Cultura Viva; por fim, Célio Turino, criador do Programa Cultura Viva especialista em Administração Cultural e escritor.

A primeira exposição na Roda de Conversa foi de Eduardo Saron argumentando que o tema é de extrema relevância. O mundo da cultura de fato precisa se posicionar e tomar o seu lugar, mesmo que haja diferentes tipos de olhares. É preciso criar uma agenda comum, é preciso parar de criar ações isoladas e olhar especificamente para a cultura, mesmo que ela esteja transversalmente relacionada a tantos outros temas. Debruçando-se sobre ela é possível construir políticas públicas que levam a um maior desenvolvimento.

Saron discursa também sobre o conflito permanente entre a cultura e a educação, onde a educação usa a cultura como meio de qualidade de ensino e a cultura a usa para “canibalizar” seus recursos, isto porque o Ministério da Cultura tem um orçamento frágil. Portanto, esta forma de parceria tem que deixar de existir, o relacionamento deve ser real e permanente.

A segunda exposição foi de Claudia Leitão. A expositora descreveu como a cultura é explorada no Brasil e como a Lei Rouanet é disponível de forma que envergonha aqueles que carregam o seu nome. O benefício cultural não é distribuído pelo Brasil de forma igualitária, seu estado de origem, Ceará, é um estado pobre e que sofre muitos problemas desta natureza.

Claudia fala sobre a fragilidade do Ministério da Cultura em relação aos outros ministérios e apresenta uma dessas fragilidades: a falta de dados e medidas para uma tomada de decisão ou criação de políticas públicas, por não estabelecer parcerias perenes com o IBGE e IPEA.

Célio Turino, terceiro expositor, traça uma linha histórica e coloca os pontos mais importantes sobre a cultura pelo prisma do desenvolvimento humano. Ressalta a relevância da cultura por ser o recurso de vida que define a própria humanidade. Por isso deve ser sustentada e discutida em seus vários aspectos históricos e não somente econômicos. Cultura é, para Turino,

identidade, uma forma de ser reconhecido, uma maneira de conseguir se comunicar e ter raízes e estrutura para se desenvolver.

PARTE I – Exposições

Eduardo Saron

O expositor inicia afirmando que por mais que existam olhares diferentes, posições diferentes, há sempre uma coluna cervical, há sempre uma agenda comum que permeia outros temas, que independente das posições e dos olhares, existe um entendimento comum sobre a educação, sobre o trabalho, sobre a assistência social, etc. Diferentemente do que se vê na esfera da cultura. Por isso que a presente Roda de Conversa tem fundamental importância, produzir essa agenda comum dentro da cultura.

Não há um entendimento mínimo sobre, por exemplo, o incentivo fiscal no país. Não há um entendimento comum a respeito da construção de um orçamento mais vigoroso para o Ministério da Cultura, se quer mais recursos para o Ministério da Cultura, mas afinal esses recursos devem ir prioritariamente pra onde?

Ademais, não há dados sólidos sobre a cultura. O que há, de fato, é uma série de mobilizações, principalmente nos últimos 10 anos para buscar esses dados. O IBGE contribuiu muito com isso, assim como o IPEA. Contudo, esse conteúdo continua muito disperso e sempre usam esses dados de maneira marginal.

Há também um conflito permanente do entendimento dessa aproximação do mundo da cultura com o mundo da educação. Quando a educação se aproxima do mundo da cultura, de alguma forma parece querer se servir da cultura como uma ferramenta, como um instrumento de melhoria da qualidade de ensino ou de inclusão – o que é fundamental – mas essa relação não pode se dar exclusivamente por meio da ferramenta, associada à educação, ela é uma potente forma de fomento a construção de um pensamento crítico de uma nação. Por outro lado, a cultura se aproxima da educação para tentar de alguma forma “canibalizar” seus recursos, em virtude dos espaços constitucionais exigidos pela educação.

O expositor ressalva, entretanto, que, sim, a aproximação entre os dois temas é importante, mas desde que esta não se dê por razões utilitaristas, pois nesse caso, a essência dos dois temas se esvanece.

A agenda comum da cultura é importante para reduzir a fragilidade do Ministério da Cultura (MinC), ilustrada na ausência de concursos públicos para carreiras dentro do ministério. Afirma-

se que o último concurso realizado foi na gestão de Gilberto Gil (2003-2008). Existem situações deploráveis como o Funarte, em que o órgão está completamente esquecido, pauperizado, seus colaboradores estão absolutamente desmotivados, o prédio se encontra numa situação deplorável; sendo este teoricamente, um dos órgãos mais importantes de fomento à cultura brasileira.

Cláudia Sousa Leitão

De forma breve e enfática, a expositora ratifica o depoimento de Eduardo Saron sobre a fragilidade orçamentária do Ministério da Cultura no Brasil. Acrescenta, ainda, que a hegemonia da Lei Rouanet, como o grande instrumento de financiamento da cultura, contribuiu para a desresponsabilização do Estado na formulação de políticas públicas culturais, permitindo que os departamentos de marketing das empresas assumissem um papel que não lhes pertence. Apesar da importância da lei federal de incentivo à cultura, esta contribuiu para perversões e assimetrias no campo cultural brasileiro. Para que se possa enfrentar a supremacia das indústrias culturais sobre as culturas tradicionais ou a produção cultural das minorias, é necessário que o Estado resgate seu papel de formulador de políticas, no sentido de neutralizar a força dos lobbies que apóiam marcos legais sempre favoráveis às indústrias culturais e criativas, em detrimento da diversidade cultural.

Claudia Leitão discorre sobre sua experiência na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará para dialogar com a ideia sustentada por Saron, que afirmara que os dados sobre cultura no Brasil são dispersos. Como Secretária, priorizou a formulação e implantação de políticas culturais para a descentralização e interiorização. No entanto, afirma que encontrou dificuldades para monitorar e avaliar os impactos dessas políticas nos municípios, especialmente, em função da ausência de informações sobre o campo cultural cearenses. Contudo, Para ela, não é tarefa do MinC desenvolver metodologias ou criar indicadores para as pesquisas na área da cultura. Essas funções constituem a missão do IBGE, do IPEA e dos demais institutos estaduais e municipais de pesquisa. Por isso, o Ministério, assim como as secretarias estaduais e municipais de cultura, devem manter parceria contínua com instituições de pesquisa e universidades, preservando, assim, o caráter transversal das políticas culturais, especialmente, para a produção de dados que suportarão a formulação de políticas que consolidarão as conexões entre cultura e desenvolvimento local e regional no Brasil.

A expositora também ressalta que políticas de cultura podem incidir positiva e diretamente sobre a atividade econômica de pequenos municípios. Às vezes, disse a expositora, um evento cultural em uma pequena cidade interiorana pode movimentar fortemente sua economia. Caso

uma agenda cultural fosse consolidada no país, a partir da construção de um calendário regional de festas e eventos, por exemplo, ter-se-ia, certamente, um incremento da economia da cultura no país, e, por conseguinte, uma ampliação dessa economia no Produto Interno Bruto-PIB brasileiro. Mas, para isso, é necessário que se avance de forma ininterrupta na construção da Conta Satélite da Cultura.

É necessário que o Estado brasileiro assuma a transversalidade das políticas culturais, que se concretizem a partir da integração das políticas do Minc com outros ministérios e institutos. Ressalte-se, ainda, que, a partir de uma infraestrutura adequada e de uma formação profissional competente dos protagonistas do campo cultural, o Brasil passaria a liderar um novo modelo de desenvolvimento, a partir e através da cultura.

O primeiro desafio é, assim como para Saron, o de obter dados confiáveis e elucidativos sobre a cultura e o campo cultural brasileiro. Para tanto, a relação com o IBGE deve ser fortalecida, observatórios precisam ser criados, assim como bolsas de fomento devem ser oferecidas para pesquisadores e professores. A iniciativa da Secretaria da Economia Criativa que Cláudia liderou a institucionalização de 2011 a 2013, deve ser ressaltada, a exemplo da criação do Observatório Nacional da economia Criativa (OBEC), dos Observatórios Estaduais de Economia Criativa (OBECES) em cada região brasileira: na Universidade Federal Fluminense (UFF) na Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Universidade Nacional de Brasília (UnB), e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). É necessário ampliar esses Observatórios para que estejam presentes em todo o território brasileiro e produzam conhecimento sobre as culturas brasileiras.

Outro aspecto que merece reflexão, refere-se ao papel coadjuvante que a cultura ainda tem hoje no Brasil, ou seja, ao seu status pouco perceptível e, em consequência, insatisfatoriamente prestigiado na Academia. Como ainda não é percebida como uma área autônoma de estudos nem no setor do ensino, tampouco no da pesquisa, limitando-se quase sempre a atividades de extensão nas universidades, a cultura perde força como política de Estado, exercendo um papel periférico nas políticas de desenvolvimento. Não existindo como campo de estudo, a cultura também não é considerada estratégica no seu espectro de produção de profissionais. Este é, sem dúvida, o segundo grande desafio das políticas culturais: profissionalizar o campo cultural a partir de uma educação voltada às competências necessárias ao século 21. A tradição "bacharelesca" da formação superior brasileira, ainda ocasiona um considerável "gap" entre a formação profissional e os desafios da profissionalização do campo cultural, sobretudo, dos arranjos produtivos dos setores culturais e criativos.

Por outro lado, é necessário que o Brasil crie, em função de sua grande diversidade cultural, condições para a emergência de um modelo de uma economia criativa que não seja uma mera importação do modelo anglo-saxão das indústrias criativas. Cláudia Leitão acredita que essa é uma tarefa a ser desenvolvida não somente pelo Ministério da Cultura, mas deve ser missão do Estado e da sociedade brasileira. Para que a cultura se transforme em um ativo econômico no país, além do papel do Estado de garantir as condições para a produção cultural, urge que se também se garanta o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais. Enfim, a formulação, implantação e monitoramento/avaliação de políticas públicas culturais, se integradas às demais políticas públicas, permitirá, de um lado, a construção de ciclos econômicos virtuosos para a criação, produção, distribuição e consumo / fruição de bens e serviços culturais em todas as regiões brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Ao considerar a cultura como eixo estratégico de desenvolvimento, o Brasil passará a assumir uma nova liderança no mundo.

Célio Turino

Para Célio Turino, o tema nos remete a nossa capacidade de se identificar com o outro, como nos reconhecemos no mundo. Portanto, a cultura se sustenta a partir da combinação entre identidade e alteridade.

Cultura também diz respeito à potência, à capacidade de agir e transformar o que todo ser humano tem, é essa a intervenção, e é nesse sentido que a cultura se sustenta. Tem que se tomar cuidado para não resvalar apenas pra ideia econômica da cultura. O que mantém uma moda de viola é a vontade dos violeiros em transmitirem de geração em geração conhecimento; e eles o mantêm independente da gestão de recursos. O grande problema das políticas de cultura no Brasil e mundo afora é a coisificação da cultura, transformando-a num meio de compra e venda, numa mercadoria. A cultura é apoderada pelo mercado.

De forma que as políticas de estímulo à economia da cultura não são eficientes, essas não só estão contribuindo para maiores assimetrias dentro do Brasil, como, para o expositor, contribuem para a morte da cultura, sintetizada na mediocrização do cinema nacional. Sobretudo se o compararmos com o argentino, que funciona com menos recursos, mas tem produções melhores.

Em termos práticos, a coisificação da cultura se reflete no prêmio adicional que se dá ao filme mais rentável nas bilheterias; maior a bilheteria, maiores recursos. Logo, este tipo de desenho impede que as políticas sejam voltadas para o produtor independente.

Como criar condições para que os produtores culturais conquistem a sua sustentabilidade econômica para além da duração do apoio financeiro de editais? A primeira etapa é compreender que a produção simbólica é resultado do excedente, nesse caso, a sociedade deve refletir se ela está disposta a perceber a cultura como um elemento que reforça sua coesão, se a resposta for positiva será necessário encontrar novas formas de financiamento.

PARTE II - Debate

João Paulo Capobianco, presidente do IDS, busca compreender a oposição que ficou evidente entre Eduardo Saron e Claudia Sousa Leitão, o primeiro defendeu que o MinC criasse seu equivalente do INEP para coleta de dados no desenho de políticas de Estado, ao passo que Leitão defendeu uma parceria mais firme e regular entre o MinC e o IBGE.

Para Eduardo Saron é fundamental que se tenha um organismo dentro do Ministério da Cultura para que se possa atrair profissionais devidamente qualificados para ajudar a emulação dessas informações. Uma das questões centrais, por exemplo, é fazer uma emersão do sistema de incentivos fiscais no país. Este tipo de cruzamento de dados não será feito pelo IBGE. A expertise que o MinC obteria seria fundamental para explicitar a função matricial que o ministério cumpre, facilitando sua relação com o Ministério da Educação, o da Saúde, o da Fazenda e assim por diante.

É claro que as parcerias com IBGE e IPEA serão fundamentais, entretanto, é importante que o MinC defenda que a “inteligência” – os dados sobre o tema – da cultura comece dentro dele. Não é possível que se tenha um ministério que se desfalece do ponto de vista da sua inteligência. Em suma, com muita capacidade de argumentação e muita base teórica constituída é possível convencer facilmente a necessidade de mais recursos pra cultura.

João Paulo Capobianco questiona Cláudia Sousa Leitão sobre a realidade da participação privada em projetos de cultura no Ceará, além de questionar se os institutos privados de fomento à cultura estão concentrados no Sudeste.

Leitão responde que não tem empresas em seu estado que sejam capazes de aprovar projetos, porque as empresas que estão no Ceará são filiais, as grandes, que tem recursos de imposto de renda, estão em São Paulo. Nem com Petrobrás se consegue apoio para os projetos do Ceará. A melhor forma de se discutir cultura é compreender que existem muitos “Brasis”, fazendo com que o que serve para um estado não serve pro outro.

O Ceará é um estado pobre, onde a presença do incentivo à cultura ou do fomento à cultura vem do Estado, os recursos são pequeníssimos, por isso que para fazer algum projeto é necessário tecer uma grande teia de parceiros. É feito uma espécie de escambo, uma ação com outras secretarias, com o Sebrae, com o banco do Nordeste para a obtenção de apoio para realizar projetos de cultura no interior do Ceará. Esse é o trabalho de um gestor público do Brasil, ele não tem recursos próprios para fazer, é preciso ser criativo na tentativa de captação de recursos. Na perspectiva de um estado como o Ceará, os recursos vêm ou das parcerias ou das trocas dos chamados escambos, sem contar praticamente com a iniciativa privada.

Eduardo Saron faz considerações sobre a Lei Rouanet. Embora ele tenha severas críticas a ela, o expositor reconhece que a lei foi muito importante para o desenvolvimento na cultura do país em vista do limite orçamentário do tema no país. O que se deve fazer atualmente é tomá-la como base para expandir, sofisticar e aprofundar as medidas de incentivos à cultura no país.

Ademais, a lei comete, segundo ele, alguns erros crassos que produzem distorções na condução da cultura, são eles: a lei trata grandes empresas como pequenas empresas; também trata o pequeno produtor da mesma forma que trata de um grande captador de recursos ou um órgão ligado ao Estado. Para ele, hoje o grande entrave para se avançar nesta nova lei de incentivo à cultura não está na sociedade, nem Ministério da Cultura, está na área econômica do governo.

Célio Turino destaca que a lei Rouanet cumpriu um papel, mas para melhorá-la, precisa dar um salto adiante, ela precisa ser desburocratizada, “teríamos que ter mecanismos mais eficazes pra análise de projetos”. Aqueles que já possuem histórico, poderiam ter um processo mais rápido, talvez reduzindo também níveis de análise, por exemplo. Projetos com diferentes níveis de alcance, sendo regionais, por exemplo, poderiam passar por uma análise no próprio nível estadual ou no nível municipal.

1ª Rodada de Participação dos Convidados

Sócrates Magno questiona se é necessário mais dinheiro para financiar a cultura no país. O participante também expõe a ausência de indicadores que mensurem quantas pessoas têm acesso ao orçamento disponibilizado em editais, por exemplo. A ausência desse indicador impede que se combata o que chama de “ratos de editais”. São pessoas e empresas familiarizadas com a metodologia desses editais e são capazes de captar, sozinhas, todo o dinheiro deles. Em suma, não adianta aumentar os recursos se não se descentraliza a concessão de recursos.

Inácio Pereira pergunta se existe necessidade de convencer a sociedade como um todo da importância da cultura, e de sua importância fora do lucro, destacando-se por um discurso mais humanista. Quais seriam as estratégias e ações necessárias para que se amplie a percepção da sociedade da importância da arte e da cultura na construção e, sobretudo, na consolidação da democracia e no desenvolvimento sustentável?

Célio Turino salienta que o edital é um avanço, é uma porta mais aberta e pública a partir de critérios claros ou pelo menos procurando ser cada vez mais claros e permitindo o acesso equitativo. Antes de 2002 era o artista ligando para o ministro que por sua vez ligava para uma empresa, no caso uma estatal, e pedia o patrocínio para uma peça de teatro.

No entanto, há necessidade de avançar mais. Na Holanda, por exemplo, existem padrões pra acesso, por isso que é muito importante estabelecer “padronagens” regionais ou tipologias. O próprio estado poderia ter um sistema de curadorias públicas, identificando grupos que teriam acesso ao recurso. Há um consenso que é preciso descentralizar.

Relevante à pergunta de Inácio Pereira, Célio Turino destaca que a cultura tem como pano de fundo algo ainda mais complexo, a cultura é chave para se evitar a barbárie e o fundamentalismo no século XXI. Um exemplo disso é a cidade de Medellín, Colômbia, que em 2002 tinha 7.000 assassinatos por ano, mas com a eleição de Sergio Fajardo, a cidade passou a investir pesadamente em cultura, resultando numa redução drástica dos níveis de violência e na premiação pela ONU como o município mais inovador do mundo.

Eduardo Saron resgata a ideia de que cultura também é memória. Tema que o Brasil enfrenta muitas dificuldades, como a expositora da roda, Claudia Sousa Leitão colocou em referência a ausência de memória no próprio MinC. Por isso que o expositor defende um programa nacional de digitalização e construção da memória da arte da cultura brasileira. Este é um passo fundamental para a transformação do Brasil, pois não há transformação se não houver conservação, realçando a importância da memória.

Claudia Leitão coloca que o Brasil está numa encruzilhada de desenvolvimento, isto é, deseja-se manter o modelo de desenvolvimento que arrasa – não só – culturalmente a diversidade no país. E, além disso, o resgate à memória brasileira é importante, pois ilustra como o modelo de desenvolvimento brasileiro aplaca a diversidade cultural do Brasil e é um modelo concentrador, um modelo que manterá o estado do Ceará pobre pelos próximos 50 anos.

Logo, todas as políticas de cultura têm que levar em consideração uma discussão de território, uma discussão de desenvolvimento regional. Portanto, uma ação estruturante. Não o fetichismo

ao “inaugurismo”, que todos os centros inaugurados dentro de poucos anos se tornam obsoletos e inutilizados.

Ela finaliza a Roda de Conversa fazendo um apelo: “precisamos apoiar os empreendedores culturais desse país que querem linha de crédito, que querem desburocratização, que querem marcos regulatórios, que querem avançar nas suas conquistas. E pra isso é preciso falar de economia, no sentido talvez mais digno da palavra, retomar uma visão ecológica e solidária de economia, se não formos por aí, vamos mal”.

PARTE III – Encerramento

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ O que seria melhor para o fomento à cultura: o desenvolvimento de órgãos coletores de dados dentro do MinC ou uma ainda maior cooperação com o IBGE e IPEA?
- ✓ Como avançar na concessão de crédito para a cultura, avançando nas conquistas da Lei Rouanet e dos editais?
- ✓ Como levar à sociedade a importância da cultura no desenvolvimento do país e no resgate de sua memória?
- ✓ Como superar a tradição da bacharelesca da formação brasileira que a separa da vida ou da aplicabilidade de seu conteúdo?
- ✓ Como combater a “coisificação da cultura”, distanciando-a do mercado e reforçando sua função de identificação e alteridade?
- ✓ Desenvolver curadorias públicas em âmbito local para facilitar o acesso a recursos seria produtivo para o fomento à cultura no Brasil?
- ✓ Como constituir a cultura como um campo de estudo?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ É preciso construir uma agenda comum para a Cultura;
- ✓ Reforçar a transversalidade do Ministério da Cultura para a realização de parcerias com outros ministérios;
- ✓ Fortalecer uma relação constante com o IBGE, IPEA e INEP, para parceria qualitativa;
- ✓ Criar observatórios de Cultura nas universidades federais;
- ✓ Fomentar a cultura no desenvolvimento local;
- ✓ Construção de um modelo de economia criativa para a sociedade brasileira;
- ✓ Buscar meios criativos de financiamento e distribuição de recursos;
- ✓ Conservação da história, podendo ser ela via acervo material ou na restauração de monumentos;

- ✓ Estabelecer periodicidade e regularidade de eventos culturais no Brasil como ferramenta para movimentar a economia de municípios interioranos;
- ✓ Desenhar políticas voltadas para o produtor independente;
- ✓ Desenvolver um programa nacional de digitalização e construção da memória da arte da cultura brasileira;
- ✓ Superar a fragilidade do Ministério da Cultura.